

PRÁTICAS DE CUIDADO E CONHECIMENTOS COMUNITÁRIOS: A RECUSA À MONOCULTURA UNIVERSITÁRIA

Karine Pereira de Freitas CPDA/UFRRJ

Yeison Andres Ramirez CPDA/UFRRJ

RESUMO

Este trabalho analisa como práticas de cuidado desenvolvidas em territórios racializados do Brasil e da Colômbia produzem conhecimentos que desafiam/escapam à lógica difundida pela “*universidade-plantation*” (Borges, 2020), marcada pela manutenção de hierarquias raciais e capacitistas. A partir de revisão bibliográfica, experiências autobiográficas dos autores e trabalhos de campo realizados junto a mulheres agricultoras da Região Metropolitana do Recife e de famílias camponesas do município de Trujillo, na Colômbia, o presente estudo evidencia que o cuidado não se restringe à reprodução social, mas constitui um campo de produção de saberes, resistências e (re)criação de mundos que garante a reprodução da vida historicamente excluída do modelo universal de humanidade. São privilegiadas interlocuções com mulheres negras idosas e pessoas camponesas com deficiências e/ou suas cuidadoras que, ao construírem práticas de cuidados enquanto devir de formas de vida, produzem conhecimentos que tensionam tanto a estrutura universitária — organizada como uma *plantation* e projetada para expansão capitalista por meio da exploração de sujeitos como recursos humanos —, como também o corpo que ela reivindica como “apto” para produzir valor. Sendo assim, entende-se que as reflexões elaboradas juntamente com as interlocutoras não apenas incidem sobre a lógica da descartabilidade imposta por essa estrutura, mas também permitem pensar meios (já existentes) de produzir vida [abolição]. Desse modo, as práticas de cuidado configuram formas de planejamento fugitivo (Moten e Harney, 2024), capazes de enfrentar a monocultura do conhecimento universitário e de ampliar as possibilidades de pesquisa e produção intelectual.

Palavras-chave: Plantation; Práticas de Cuidado; Universidade.

1. INTRODUÇÃO

Quanto professores e discentes universitários com algum tipo de deficiência você conhece ou teve contato durante sua vida acadêmica? E quantas pessoas negras? A discrepância que se apresenta como resposta não é uma situação isolada, mas uma norma e por isso segue normalizada em nossa sociedade, ainda que políticas públicas tenham surgido nas últimas décadas a fim de enfrentar essa realidade. Tais questionamentos nos mobilizam nesta autoria porque queremos alargar um espaço conflitante nos espaços acadêmicos de pensar os corpos que acessam e tem condições [ou autorização] de ocupar a universidade. Falamos deste lugar que nos mobiliza: dois estudantes de doutorado, sendo uma mulher negra oriunda da periferia da cidade de Recife, e um homem pardo hispânico com deficiência física, natural de uma cidade da região rural de Trujillo, no Valle do Cauca. Territórios com forte vulnerabilidade social e escassez de oportunidades; os dois ingressaram na vida acadêmica por meio das política de ações afirmativas; os dois são os primeiros de suas famílias a cursar pós-graduação e tiveram que enveredar nos caminhos universitários sem referência familiar ou comunitária sobre esses processos acadêmicos.

As reflexões sobre nossas trajetórias nos levam a compreensões mais amplas sobre as bases excludentes que sustentam a universidade, por isto, o presente trabalho se insere numa área diversa de pesquisa que reconhece a *plantation* como uma lógica [ideologia] que se atualiza no tempo, determinando as formas de pensar e organizar o mundo. Nesse contexto, as plantações se apresentam como experiências fundacionais da modernidade (Mintz, 2003). O mundo moderno foi gestado nas plantações. Enquanto empresas agroindustriais, elas forneceram elementos que mais tarde seriam centrais nas fábricas industriais (das grandes metrópoles): a organização disciplinar da mão de obra; a divisão do trabalho, o controle do tempo e a aplicação de punições. A escravidão foi a principal força de trabalho nas plantações, instaurando uma exploração contínua e intensiva de territórios e de mão de obra racializados.

Essa lógica de extração, no âmbito da universidade, legítima pessoas como “recursos humanos” para promover o acúmulo capitalista (Borges, 2020), substituindo a noção de valor pela de produtividade. O corpo autorizado a produzir nesses espaços alinha-se a uma perspectiva universalizante de humanidade, que representa um modelo único de humano: branco e com suas variações de gênero (masculino), classe (média), e geografia (euro-estadunidense) (Wynter, 2021). O conhecimento que escapa ao cânone eurocêntrico permanece visto com suspeita e como uma ameaça à forma tradicional de fazer ciência. Desse modo, as universidades, historicamente, contribuíram para violentar, excluir e segregar corpos e conhecimentos considerados inúteis para a expansão capitalista (Borges, 2026).

Em contraposição, o propósito desta escrita é revisitar nosso acesso à universidade em diálogo com as narrativas locais, provenientes de nosso trabalho de campo em comunidades urbanas periféricas (Brasil) e uma comunidade rural (Colômbia), envolvidas com a agricultura. Por meio de reflexões construídas a partir desses processos, o objetivo deste trabalho busca escutar e discutir práticas de cuidados comunitários como conhecimentos que sustentam territórios racializados e os modos de vida que resistem sobre eles, os quais são imprescindíveis para enfrentar a *universidade-plantation* (Borges, 2020) e a monocultura da mente que ela estabelece. As monoculturas mentais geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam a destruição como progresso, tornando a uniformidade propulsora da vulnerabilidade e do colapso social e ecológico. Nesse caso, a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de usar a terra, são maneiras de pensar e de viver, portanto a expansão da monocultura tem mais a ver com política e poder do que com sistemas de enriquecimento e melhoria da produção biológica. (Shiva, 2003. p. 18).

Vale destacar que este trabalho fundamenta-se nas narrativas de mulheres (colombianas e brasileiras) que vivem nas comunidades estudadas e trazem à tona assuntos de seu cotidiano que consideram importantes. Esse cotidiano, embora se localize em países diferentes e paisagens distintas, apresenta algumas semelhanças: desde pequenas elas são inseridas no trabalho da roça ou quintais, assumindo diversas atividades; lutam pela sobrevivência dos cultivos, das plantas e da produção alimentar. Trabalhos que fazem parte da gestão do cuidado na esfera doméstica, familiar e comunitária. Nas sociedades patriarcais/ocidentais, o cuidado se estabelece como uma responsabilidade natural e intrínseco da mulher, escondendo a construção social que desvaloriza essas atividades como trabalho, o que pode levar a perdas, exaustão e debilitação física (Pimenta, 2020).

No entanto, práticas de cuidado podem atuar politicamente na (re)construção de conhecimentos que representam modos de ocupação, organização e mobilização compreendidas a partir das especificidades e pluralidades dos territórios. Sendo assim, as reflexões construídas em diálogo com as interlocutoras evidenciam e fortalecem formas diferentes de criar e aprender, bem como de atribuir sentido às experiências.

2. (DES)ENVOLVIMENTO

A produção de conhecimento na *universidade-plantation* (Borges, 2020) assemelha-se a um modelo de monocultura: uma produção exclusiva, rápida, voltada a resultados tangíveis, com uma capacidade produtiva focada em métricas e em caixas metodológicas e epistemológicas tradicionais. Ao transpor para o campo da produção do conhecimento a lógica da monocultura, esse modelo produz uma narrativa como única e verdadeira. Chimamanda Ngozi Adichie (2019) nos alerta para o perigo de uma história única, porque ela rouba a dignidade das pessoas e dificulta o reconhecimento de nossa humanidade em comum.

Esse contexto implica compreender a universidade para além de uma instituição dedicada à produção de conhecimento projetado ao bem-estar e ao progresso da sociedade. Por meio de diferentes mecanismos, a universidade autoriza qual humano pode produzir conhecimento/qual conhecimento é válido e verdadeiro. Meu ingresso no doutorado [coautor] por meio das políticas de ações afirmativas para pessoas com deficiência, exemplifica essa realidade. A utilização dessa modalidade de ingresso exigiu a apresentação de laudos médicos que comprovassem minha deficiência física (paralisia cerebral hemiplégica). Embora toda a documentação médica tivesse sido previamente enviada durante o processo seletivo, me solicitaram uma perícia médica presencial. Já na consulta, o profissional responsável afirmou: *"já te observei e dá pra ver que você tem uma deficiência. É apenas um protocolo para verificar se a pessoa é realmente deficiente."* A avaliação durou menos de dois minutos. Não houve perguntas sobre alguma demanda de acessibilidade, adaptações pedagógicas ou outras necessidades que apontassem para uma preocupação com minha permanência na universidade, apenas o trato com a burocracia. Não existiu o interesse institucional de compreender a experiência da deficiência, mas de observar a existência de um corpo suficientemente diferente para justificar sua entrada pelas leis de cotas.

Nesse sentido, o reconhecimento institucional da deficiência permanece fortemente ancorado em uma lógica biomédica onde o corpo é tratado como objeto de inspeção e classificação. Mecanismos de controle produzem fronteiras entre os corpos considerados universais, "normais". Tal experiência dialoga com o que Julia Sauma (2021) denomina de "paradoxo da diversidade", o qual desvela a noção de corpo perfeito e a manutenção da branquitude. Com isso, corpos racializados e corpos com deficiência aparecem como desvios em relação ao padrão normativo, sendo constantemente submetidos à necessidade de justificar sua presença e sua capacidade de produção intelectual.

Ao desmontar a estrutura do pensamento moderno, Denise Ferreira da Silva (2022) mostra que sua operação ocorre articulando (de forma indissociável) a teoria do ser (ontologia) e a teoria do conhecimento (epistemologia). A autora utiliza o termo

“ontoepistemológico” para evidenciar que não existe separação entre o que uma coisa é das formas pelas quais ela é conhecida ou determinada pela razão moderna. Em outras palavras, isso implica reconhecer que o conhecimento científico não apenas descreve o mundo, mas produz/legitima a sua realidade, funcionando de modo a justificar e naturalizar a violência racial que a estrutura.

Desse modo, conhecimentos produzidos de forma comunitária, que respondem a realidades diferentes daquelas empreendidas no ambiente acadêmico, são apagados como estratégia também de apagar/eliminar determinados sujeitos. Lembro [autora] de quando optei por pesquisar gênero e feminismo negro durante a graduação e não encontrei docentes dispostos a assumir a orientação. Desmotivada, e sem conseguir escrever sobre a realidade de mulheres negras ou a contribuição que elas protagonizam na sociedade, finalizei o curso sem realizar o trabalho de conclusão. O que demonstra a difícil tarefa de contrariar o "esvaziamento" promovido pela universidade, com o intuito de preencher indivíduos com conteúdo científico [universal], provocando a impossibilidade destes se reconhecerem em sua própria história (Borges, 2020).

3. PRÁTICAS DE CUIDADO, UNIVERSIDADE E DEFICIÊNCIA: COLÔMBIA

Desde 2019, a comunidade rural de Trujillo, Valle do Cauca – Colômbia, tem sido um campo de estudo para compreender a experiência e a gestão da deficiência de pessoas e famílias camponesas. As práticas cotidianas de cuidado protagonizadas pelas mulheres nesse território, não apenas garantem a sobrevivência e a participação social das pessoas com deficiência, mas também oferecem uma perspectiva crítica para compreender as barreiras de acesso a espaços de construção de conhecimentos, como a universidade. Dessa forma, a *universidade-plantation* deixa de ser entendida apenas como um espaço meritocrático e passa a ser analisada como um território onde alguns corpos conseguem o acesso através de redes de apoio, adaptações e trabalhos invisibilizados.

Durante o trabalho de campo, foi observado que as mães cuidadoras conhecem profundamente o contexto da deficiência em suas comunidades. Elas identificam onde moram outras pessoas com deficiência, trocam informações sobre cuidados, trâmites burocráticos, benefícios do governo, escolas e, acima de tudo, apoio emocional. As práticas de cuidado no município de Trujillo incorporam saberes da medicina popular, tradicionais e espirituais, que coexistem com os tratamentos médicos (APS, fisioterapias, clínica especializada, nutricionista, etc.)

Essas relações geram uma espécie de diagnóstico comunitário da deficiência que permite enfrentar a ausência do Estado em contextos rurais, além de ampliar a compreensão do cuidado para além do âmbito doméstico, garantindo participação social e o acesso a espaços comunitários, por meio de relações familiares, comunitárias e estratégias locais construídas no cotidiano.

Outro fator importante é a construção social e relacional do parentesco, que se estende aos laços comunitários, da roça e da vizinhança. No entanto, nessas redes locais, o cuidado é principalmente tarefa das mulheres, que também assumem as tarefas domésticas, o trabalho agrícola, a criação dos filhos, a participação comunitária e a gestão dos processos burocráticos associados à deficiência. Ou seja, gestionar atestados médicos, solicitar benefícios sociais, representar juridicamente pessoas com deficiência ou providenciar documentos legais torna-se uma dimensão adicional do trabalho do cuidado.

A experiência da Mery, uma das interlocutoras, dialoga com essa realidade. Seu dia a dia gira em torno dos cuidados do Mauricio, seu filho de 34 anos que tem uma deficiência múltipla congênita e apresenta convulsões recorrentes. O conhecimento acumulado ao longo do tempo permite que ela e seu marido reconheçam os sintomas, administrem medicamentos e desenvolvam práticas complementares por meio de plantas medicinais. No entanto, a maior carga física e emocional é de Mery, que também se encarrega das atividades domésticas e produtivas do sítio onde mora com a família. Fietz (2020), ao refletir etnograficamente sobre práticas de cuidado de famílias com parentes com deficiência, centralizando a experiência de mães cuidadoras, sugere nomear os processos observados de “autoconstrução do cuidado” da deficiência. Isso porque, para a autora, em diálogo com Ruddick (1995), existem três demandas principais na prática de autoconstrução do cuidado na maternidade: 1) garantir a sobrevivência da criança; 2) agir para promover o desenvolvimento e o crescimento da criança; 3) socializar a criança para que se adapte ao mundo em que vive.

As mulheres não cuidam apenas dos corpos; elas criam condições materiais, sociais e afetivas para que as pessoas com deficiência possam participar da vida comunitária. A experiência de Mery e de outras mulheres de Trujillo adquiriu um novo significado para mim quando ingressei no doutorado. Ao contrário da minha experiência rural, nessa mesma região, onde morei e trabalhei até meus 27 anos e onde meu corpo encontrava maneiras de participar das atividades agrícolas, adaptando-se ao território e ao ritmo do trabalho rural, o espaço universitário impôs novas barreiras. Essas barreiras não decorrem da minha deficiência física, mas da forma como a universidade se estrutura.

Nos primeiros anos de pós-graduação, tentei esconder minha deficiência, evitando solicitar adaptações físicas. No entanto, o ambiente acadêmico trouxe a necessidade de assumir publicamente minha condição de pessoa com deficiência física e, portanto, reconhecer que sou um estudante com deficiência física. Solicitar adaptações razoáveis e usar ações afirmativas para ingressar no doutorado foram experiências que transformaram minha relação com a universidade. Isso dialoga com as reflexões de Garland-Thomson (2014) quando aponta que as pessoas se tornam socialmente pessoas com deficiência no momento em que solicitam adaptações para participar em condições de igualdade. A deficiência surge da relação entre os corpos e as instituições, e não de uma condição corporal e individual. Dessa forma, é importante perguntar como a *universidade-plantation* se relaciona com os corpos e com estudantes com deficiência? Pessoas que rompem com barreiras de exclusão e acessam a universidade têm garantias de acessibilidade e equidade de participação?

As experiências das mulheres cuidadoras no município de Trujillo permitem reinterpretar a experiência universitária de alguns discentes que tentam escapar/recusar a universidade como *plantation*. Ou seja, assim como as mulheres rurais realizam um trabalho de cuidado cotidiano para criar condições de participação para seus filhos e filhas, as pessoas que não são contempladas na perspectiva do modelo de humano universal e de conhecimento eurocêntrico, também realizam um trabalho contínuo para ter acesso e permanecer no ensino superior. Ambos os processos envolvem aprender normas institucionais, lidar com procedimentos burocráticos, mobilizar redes de apoio e desenvolver estratégias de permanência e confronto diante de instituições que seguem organizando-se com base em parâmetros capacitistas.

As experiências permitem problematizar a ideia de que o acesso e a permanência de estudantes na universidade dependem exclusivamente de esforços individuais, sugere que esses processos são atravessados por diferentes relações, muitas delas invisibilizadas, o que aponta para a necessidade de compreender o cuidado como uma dimensão constitutiva da participação na vida universitária e social. Em outras palavras, o cuidado não somente como uma questão restrita ao âmbito familiar, mas como uma categoria analítica e política capaz de repensar a universidade.

As experiências etnográficas na comunidade rural de Trujillo revelam uma mesma questão: enquanto as mulheres cuidadoras criam diariamente as condições para que seus filhos e filhas vivam no mundo rural, as pessoas com deficiência desenvolvem continuamente estratégias para viver na universidade. Ambas as experiências permitem repensar a ideia de instituições construídas para corpos universais. Adicionalmente, as práticas de cuidado na

ruralidade geram conhecimento que questiona a ontologia moderna da universidade sob lógicas capacitistas, raciais e coloniais. Em definitiva, as práticas de mulheres camponesas de Trujillo é uma criação de saberes e teorias de cuidado que confronta e tensiona a própria forma como a universidade produz conhecimento.

4. CONHECIMENTOS QUE GESTAM MUNDOS CONTRACOLONIAIS: BRASIL

A pesquisa de campo foi desenvolvida junto a cinco experiências de cultivo de mulheres, localizadas em três municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) - Olinda, Paulista e Recife; entre iniciativas em quintais e hortas comunitárias. Ao todo, foram 29 mulheres alcançadas durante os primeiros meses de 2023 - mas acompanho o movimento de mulheres na agricultura urbana desde 2016. O processo de pesquisa esteve centrado na construção do perfil da agricultora, com o objetivo de compreender o impacto da agricultura urbana na vida dessas mulheres e, por sua vez, como essas mulheres transformam a prática da agricultura urbana.

Os caminhos que levaram a estes objetivos mostraram que tanto a realização das práticas agrícolas quanto os aprendizados associados a elas, correspondem ao protagonismo feminino. Do total de mulheres acompanhadas, 86% afirmaram que aprenderam a plantar com referências femininas, com destaque para a mãe (38%) e a avó (21%). A maior parte dessas mulheres possui baixa escolaridade, cerca de 41% não concluíram o ensino fundamental. Essa análise foi importante para reconhecer a existência de um sistema de transmissão de conhecimentos, passado entre as gerações de mulheres como um pilar central para a reprodução do que é chamado de agricultura urbana¹. Tal constatação evidencia o enraizamento dessa prática em saberes ancestrais, transmitidos especialmente por meio da oralidade.

A (re)construção desses conhecimentos conecta passado e presente, quebrando uma visão de tempo linear, pois, cotidianamente, as mulheres reencenam vivências e sentimentos ligados às áreas urbanas antes da urbanização (usurpação da especulação imobiliária), quando estas ainda abarcavam grande quintais, como expressou uma agricultora de uma horta comunitária em Olinda: *“O que me motivou [a plantar na horta] foi o meu passado com a*

¹ De acordo com a Lei nº 14.935, de 26 de julho de 2024, a agricultura urbana e periurbana é a atividade agrícola e pecuária desenvolvida nas áreas urbanas e periurbanas e integrada ao sistema ecológico e econômico urbano, destinada à produção e à extração de alimentos e de outros bens para o consumo próprio ou para a comercialização.

minha avó. A gente plantava batata, macaxeira, ela plantava de tudo, fazia café em casa, farinha.” Hoje, em muitos casos, as hortas comunitárias costumam se transformar nos únicos espaços de plantio das mulheres, que elas passam a reconhecer [simbolicamente] como seus próprios quintais.

A transmissão de conhecimentos não se limita à técnica do plantio, como preparar a terra, fazer canteiros, mudas ou formas de aguar, mas abrange uma cosmopercepção ligada à terra/ao território/à cidade. O autoconsumo dos alimentos e plantas medicinais é o principal objetivo do cultivo. Tem destaque o uso medicinal e espiritual das plantas que se direcionam à feitura de chás, remédios caseiros (como xaropes), banhos e rezas. Além disso, receitas alimentares caseiras/tradicionais também atravessam o cultivo.

A visibilidade da prática da agricultura urbana na RMR surgiu com o Movimento Ocupe Passarinho, na comunidade de mesmo nome [Passarinho], Zona Norte do Recife, que buscava fortalecer a luta por moradia de 5 mil famílias ameaçadas de despejo por uma ação judicial de reintegração de posse, em 2015. O movimento ganhou visibilidade nacional e conseguiu pressionar órgãos públicos. Durante as intervenções do movimento, protagonizadas por mulheres negras do território, a prática da agricultura urbana nos quintais das mulheres ganhou destaque, transformando-se em uma poderosa ferramenta de auto-organização política. Difícil acreditar que uma ordem judicial tenha sido favorável ao despejo de milhares de famílias, muitas delas que viviam há décadas no território, mostrando como a concentração de terras e a violência racial caminham juntas, pois 74,4% da população de Passarinho é negra.

Do mesmo modo, as outras comunidades integrantes da pesquisa também surgem de processos de ocupação da terra. Espaços, em muitos casos, abandonados ou vítimas da violência urbana. Por um lado, as iniciativas de cultivo fortalecem a luta de permanência nos territórios, chamando atenção para um conjunto mais amplo de direitos historicamente negados: acesso à terra/ao território/à cidade, à moradia digna, à alimentação saudável, à saúde, etc. Por outro lado, esses mesmos espaços acabam se transformando nos únicos espaços de lazer para a comunidade, especialmente para mulheres e crianças.

Nesse contexto, a retomada da terra para cultivar iniciativas de cultivo fortalece redes de apoio, promove lazer, educação e contato com a natureza, contribuindo para a saúde mental de mulheres e territórios historicamente vulnerabilizados (Freitas, Portela e Marques, 2026), situação agravada após a pandemia de covid-19. Quando questionadas sobre o que significa ser uma agricultora urbana, as mulheres destacaram que essa atividade promove espaços terapêuticos e de cura. Os relatos frequentemente associam o ato de plantar à

melhoria da depressão e do estresse. Desse modo, a agricultura urbana também se estabelece como um meio de autocuidado e acesso a alternativas do cuidado da saúde. Nas palavras das mulheres:

“Quando tenho problemas em casa venho pra horta. É cura, remédio e terapia.”

“Colher limpa a alma”.

“Manejar planta. Aliviar a mente porque tem muita depressão”.

“Aqui é uma liberdade”.

“É vida, faz bem. Estar perto da natureza, 'aqui é a nossa respiração”.

“Sair com a alma leve da horta”.

“Tudo de bom. É calmante. É aprendizado e trocas de saberes”.

Além de plantarem objetivando o autoconsumo e não o acúmulo de capital, o trabalho de campo também identificou que a maioria absoluta dessas mulheres são negras (79%) e com maior concentração entre a meia e a terceira idade - 41 a 70 anos. Esse perfil corresponde ao público excluído da produção hegemônica do conhecimento: mulheres negras periféricas, não alfabetizadas e idosas, que recusam por meio dos espaços de cultivo o apagamento e a inferiorização que são impostas. Elas seguem compartilhando conhecimentos e aprendizados e articulando práticas ancestrais, associadas a matrizes afro-indígenas, a novas técnicas/conhecimentos/práticas como a agroecologia. Atualmente existe uma rede chamada Articulação de Agroecologia e Agricultura Urbana e Periurbana no território da RMR.

Em uma entrevista perguntei a outra agricultora o que significava ser uma mulher negra e agricultora:

“Pra mim [ser uma agricultora negra] é muito importante, né? Mas é um espaço que a gente, às vezes, é muito invisibilizada, né? Assim, não é reconhecida, mas é isso, eu estou nesse espaço querendo abrir caminhos, querendo quebrar as correntes e mostrar que eu estou lá, entendesse como é? A mulher negra, mãe... Levou os filhos também para participar dessas atividades, para que eles possam ser o futuro da agricultura urbana também. Eles mexem com a terra e planta ‘Mãe, eu vou plantar 131 aqui, vou plantar ali! [...] Ai já vai pegando o regador pra ir regando. Ai, pronto, levo eles sempre porque tem isso da memória afetiva, né? Que criança vem com essa questão da memória afetiva. Futuramente eles vão contar a minha história. Minha mãe era uma agricultora urbana negra e plantava, tinha horta. Tinha isso, tinha aquilo outro. Isso é um orgulho, né? Para mim mesmo é.”

Essas mulheres gestam mundos que excedem/escapam à sociedade capitalista-colonialistas, que atualizam modos de existências e de produção de conhecimentos com base no legado da *plantation*. As mulheres (re)constroem modos de vida contracoloniais - formas de existências que recusam lógicas colonialistas (hegemônicas) e afirmam saberes, identidades culturais e resistências enraizadas nos territórios (Santos, 2023; Freitas, Portela e Marques, 2026).

Compreende-se o campo da reprodução social a partir da noção de planejamento fugitivo (Moten e Harney, 2024), capaz de enfrentar a *composição-plantation* da universidade (Borges, 2020).

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se o campo da reprodução social a partir da noção de planejamento fugitivo (Moten e Harney, 2024), que consideramos importante no enfrentamento à *universidade-plantation*. As experiências etnográficas colombianas e brasileiras mostram que o cuidado não se resume a um conjunto de práticas voltadas para garantir a sobrevivência, mas a própria vida excluída do reino da humanidade (leia-se corpos racializados e deficientes). Aqui, o cuidado aparece como uma teia que constrói mundos, saberes e relações sociais. Por meio das práticas de cuidado, pessoas com deficiência e pessoas racializadas desenvolvem técnicas de acesso, adaptação e gestão para permanecer em instituições construídas com base em parâmetros universais, raciais, capitalistas e eurocêntricos.

De acordo com Moten e Harney (2024), o cuidado possibilita a fuga à governança do Estado, um excedente que escapa ao cálculo capitalista. Esse cuidado gestado de forma comunitária nos quintais, hortas e nas formas diversas de inclusão, possibilita criar modos de viver pautados em uma abolição em curso. Nos espaços da universidade, esses meios de cuidados contribuem para pensar o estudo como prática comunitária, quebrando o individualismo que expande o ensino como uma profissão.

No contexto colombiano, as experiências de mães e cuidadoras de pessoas com deficiência revelam redes comunitárias que articulam conhecimentos médicos, populares e espirituais para garantir participação social e enfrentar a ausência do Estado. Essas práticas demonstram que a acessibilidade e a inclusão dependem de trabalhos coletivos frequentemente invisibilizados, oferecendo uma crítica à universidade enquanto instituição organizada em torno de um sujeito considerado “universal e produtivo”.

No contexto brasileiro, as agricultoras urbanas, majoritariamente mulheres negras, constroem e transmitem conhecimentos ancestrais relacionados ao cultivo, à alimentação, à saúde e à espiritualidade. As hortas e quintais constituem espaços de cura, fortalecimento comunitário, defesa do território e afirmação de identidades historicamente inferiorizadas. Por meio da agricultura urbana, essas mulheres preservam memórias, fortalecem redes de

apoio e produzem formas de vida contracoloniais que recusam o apagamento de seus modos de vida.

Sendo assim, as práticas de cuidado abordadas nesta pesquisa questionam a ideia moderna da universidade como um espaço neutro, desvela a *universidade-plantation* sustentada e organizada em torno de um sujeito considerado universal, produtivo, fisicamente “apto”, reproduzindo hierarquias que atravessam a deficiência, a racialização, a classe social e territorial. Em contrapartida, este trabalho provoca (re)pensar a produção de conhecimento a partir do local, como processos profundamente relacionais que implica deslocar o centro de produção do conhecimento da universidade para as comunidades. Nesse movimento de deslocar o conhecimento, surge a possibilidade de imaginar futuros possíveis na universidade: contrários à lógicas capitalistas e de descartabilidade, a fim de construir espaços coletivos, diversos e de epistemologias que recusam a monocultura da universitária.

6. BIBLIOGRAFIA

ADICHIE, CHIMAMANDA N. O perigo de uma história única. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

BORGES, A. Very rural background: os desafios da composição-terra da África do Sul e do Zimbábue à chamada educação superior. *Revista De Antropologia*, 63(3), e178183. 2020
Disponível: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178183>

FERREIRA DA SILVA, Denise. A dívida impagável. São Paulo: Casa do povo, 2019.

FREITAS, Karine Pereira de; PORTELA, Lorena Soares; MARQUES, Priscila Seoldo. Mulheres negras e agriculturas urbanas agroecológicas: cultivando saúde e modos de vida contracoloniais. **Cadernos de Agroecologia**. Anais do 13º Congresso Brasileiro de Agroecologia, v. 21, n. 1, 2026.

FIETZ, HELENA. “Construindo Futuros, provocando o Presente: Cuidado familiar, moradias assistidas e temporalidades na gestão da deficiência intelectual no Brasil”. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

GARLAND-THOMSON, R. **The Story of My Work: How I Became Disabled**. Disability Studies Quarterly, 34(2), 2014. <https://doi.org/10.18061/dsq.v34i2.4254>

MOTEN, F e HARNEY, S. **Sobcomuns: planejamento fugitivo e estudo negro**. Tradução: Mariana Ruggieri, Raquel Parrine, Roger Farias de Melo, Viviane Nogueira. São Paulo, Ubu, 2024, 222 págs.

MINTZ, S. W. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. Organizado por Christine Rufi no Dabat. Recife: Editora Universitária UPFE, 2003.

SAUMA, J. The Body Perfect: On Disability, Experience and the Aesthetics of Expertise. *Teaching Anthropology* 2021, Vol. 10, No. 1, pp. 71-74.

SHIVA, VANDANA. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

PIMENTA, D. **O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada por mulheres, vivas e mortas)**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RUDDICK, S. *Maternal Thinking: Toward a Politics of Peace*. Boston: Beacon Press, 1995.

WYNTER, Sylvia. Nenhum Humano Envolvido: carta aberta a colegas. In: BARZAGHI, Clara; PATERNIANI, Stella Z.; ARIAS, André (Orgs.). *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2021, p. 71-102.